

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO
AMORIM" - CEJAM

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS “DR. JOÃO AMORIM” - CEJAM

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e Conselho de Administração da
Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM ("Entidade ou CEJAM"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com base nas disposições contidas na ITG "2002 R1 - Entidades sem finalidades de lucros", também pela da NBC TG "1000 R1 - Contabilidade para pequenas e médias empresas" para os aspectos não abordados pela ITG "2002 (R1) - Entidade sem finalidade lucros".

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e conselho de administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O conselho de Administração da Entidade é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas e intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 04 de maio de 2026.



Demonstrações Contábeis

Exercício de 2025

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial.....	7 - 8
Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).....	9 - 10
Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).....	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMLP).....	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).....	13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Notas Explicativas.....	14 – 38
-------------------------	---------

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (em Reais)

ATIVO	NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2025	ATIVIDADES DE SAÚDE			2024
		GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO	GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO
ATIVO CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.813.621,54	1.235.531,63	148.970.671,03	257.019.824,20	138.277.406,30	1.755.433,32	61.899.508,65	201.932.348,27
Adiantamentos a fornecedores		568.636,83	11.278,74	461.598,36	1.041.963,93	237.157,52	2.950,00	424.091,21	664.198,73
Adiantamentos a empregados	5	10.870.747,32	76.364,30	400.949,36	11.348.060,98	10.451.692,93	38.772,01	347.619,95	10.838.084,89
Adiantamentos para despesas		17.499,91	2.395,03	3.234,03	23.128,97	22.893,29	1.619,72	-	24.513,01
Impostos recuperáveis		10.442,76	-	-	10.442,76	87.244,73	-	-	87.244,73
Créditos com contratos de gestão e convênios	6	309.159.880,73	-	-	309.159.880,73	276.920.714,83	-	-	276.920.714,83
Outros créditos	7	23.717.901,83	570.302,88	21.829.614,26	46.117.818,97	2.298.295,28	402.899,08	4.689.534,40	7.390.728,76
Estoques	8	29.449.560,15	-	130.324,06	29.579.884,21	25.542.238,49	-	46.111,94	25.588.350,43
Reservas para contingências	9	-	-	-	-	35.609.730,88	-	-	35.609.730,88
Despesas antecipadas		862.514,57	549.665,28	25.391,43	1.437.571,28	732.231,08	629,25	25.535,34	758.395,67
		481.470.805,64	2.445.987,86	171.821.782,53	655.738.576,03	490.179.605,33	2.202.303,38	67.432.401,49	559.814.310,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE									
Imobilizado	10	69.864.230,04	35.606.226,48	10.702.557,90	116.173.014,42	69.875.269,71	27.375.727,34	11.083.429,82	108.334.426,87
Intangível	11	560.828,14	43.766,03	27.820,80	632.414,97	775.848,56	62.330,09	35.628,70	873.807,35
		70.425.058,18	35.649.992,51	10.730.378,70	116.805.429,39	70.651.118,27	27.438.057,43	11.119.058,52	109.208.234,22
TOTAL DO ATIVO		551.895.863,82	38.095.980,37	182.552.161,23	772.544.005,42	560.830.723,60	29.640.360,81	78.551.460,01	669.022.544,42

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2025	ATIVIDADES DE SAÚDE			2024
		GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO	GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO
PASSIVO CIRCULANTE									
Fornecedores		61.166.050,62	248.558,80	1.058.545,70	62.473.155,12	63.060.020,50	4.485.602,66	676.124,65	68.221.747,81
Obrigações trabalhistas	12	92.795.576,03	207.760,03	2.341.242,83	95.344.578,89	80.666.319,47	203.323,69	2.067.399,11	82.937.042,27
Obrigações sociais e fiscais	13	69.857.733,97	262.264,41	2.599.324,86	72.719.323,24	64.518.879,59	181.438,28	1.995.530,94	66.695.848,81
Empréstimos e financiamentos	14	0,37	-	50.810.281,51	50.810.281,88	550.000,37	-	24.611.083,00	25.161.083,37
Contas a pagar	15	66.209.873,66	431.947,81	7.635.842,08	74.277.663,55	35.690.828,19	2.169.698,90	1.078.743,23	38.939.270,32
Provisões para férias e encargos	16	160.345.669,03	513.896,26	5.492.761,00	166.352.326,29	143.575.609,07	434.147,20	4.799.426,16	148.809.182,43
		450.421.578,67	1.664.427,31	69.937.997,98	521.977.328,97	388.061.657,19	7.474.210,73	35.228.307,09	430.764.175,01
PASSIVO NÃO CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	1.728.000,00	1.728.000,00	-	-	2.304.000,00	2.304.000,00
Provisões para contingências	17	19.072.725,73	-	933.282,20	20.006.007,93	16.472.071,15	-	627.593,55	17.099.664,70
Contas a pagar	15	139.438,01	-	-	139.438,01	34.027,45	-	-	34.027,45
Recursos governamentais a realizar	18	3.433.596,97	-	-	3.433.596,97	2.554.364,66	-	-	2.554.364,66
Bens públicos em nosso poder	19	70.276.317,46	-	-	70.276.317,46	70.512.509,94	-	-	70.512.509,94
		92.922.078,17	-	2.661.282,20	95.583.360,37	89.572.973,20	-	2.931.593,55	92.504.566,75
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Patrimônio social		83.196.093,21	22.166.150,08	40.391.559,37	145.753.802,66	65.615.706,99	3.984.799,63	63.500.773,04	133.101.279,66
Superávit/(Déficit) do exercício	38	(24.793.062,52)	(1.245.350,47)	33.936.071,17	7.897.658,18	12.990.914,62	(1.064.483,03)	(3.257.355,44)	8.669.076,15
Dotação final		1.331.855,24	-	-	1.331.855,24	3.983.446,85	-	-	3.983.446,85
Transferências patrimoniais		(51.136.003,96)	15.510.753,45	35.625.250,51	-	606.024,75	19.245.833,48	(19.851.858,23)	-
		8.598.881,97	36.431.553,06	109.952.881,05	154.983.316,08	83.196.093,21	22.166.150,08	40.391.559,37	145.753.802,66
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		551.895.863,82	38.095.980,37	182.552.161,23	772.544.005,42	560.830.723,60	29.640.360,81	78.551.460,01	669.022.544,42

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
 (em Reais)

	NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2025	ATIVIDADES DE SAÚDE			2024
		GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO	GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO
RECEITAS LÍQUIDAS	20	2.832.682.885,62	9.411.565,60	82.302.319,30	2.924.396.770,52	2.608.663.405,20	8.681.895,48	62.122.525,07	2.679.467.825,75
Contratos de gestão e convênios	21	2.836.728.058,16	-	-	2.836.728.058,16	2.618.437.911,13	-	-	2.618.437.911,13
Assistência gratuita prestada em saúde	22	-	9.411.565,50	-	9.411.565,50	-	8.684.045,48	-	8.684.045,48
Recursos para custeio operacional	23	-	-	83.896.318,71	83.896.318,71	-	-	62.122.525,07	62.122.525,07
Realização de bens públicos em nosso poder	24	9.017.605,67	-	-	9.017.605,67	8.596.645,42	-	-	8.596.645,42
(-) Repasse destinado à aquisição do imobilizado		(9.262.210,02)	-	-	(9.262.210,02)	(13.504.723,89)	-	-	(13.504.723,89)
(-) Devolução de recursos públicos		(674.141,34)	-	(1.529.879,22)	(2.204.020,56)	(163.361,87)	-	-	(163.361,87)
(-) Glosas sobre contratos e convênios		(3.128.779,94)	-	(61.767,10)	(3.190.547,04)	(4.703.065,59)	(2.150,00)	-	(4.705.215,59)
CUSTOS		(2.742.825.831,90)	(17.283.674,25)	(72.928.517,77)	(2.833.038.023,92)	(2.496.109.904,20)	(15.613.784,31)	(66.331.020,85)	(2.578.054.709,36)
Pessoal próprio	27	(1.930.103.724,93)	(5.876.327,52)	(62.934.711,80)	(1.998.914.764,25)	(1.751.932.977,97)	(5.280.134,39)	(56.316.914,44)	(1.813.530.026,80)
Serviços terceirizados	28	(617.617.399,70)	(1.705.709,62)	(9.130.476,03)	(628.453.585,35)	(580.114.884,40)	(1.293.015,98)	(9.182.079,75)	(590.589.980,13)
Medicamentos e materiais de consumo	29	(195.104.707,27)	(290.071,51)	(863.329,94)	(196.258.108,72)	(164.062.041,83)	(356.588,46)	(832.026,66)	(165.250.656,95)
Assistência gratuita prestada em saúde	22	-	(9.411.565,60)	-	(9.411.565,60)	-	(8.684.045,48)	-	(8.684.045,48)
Custos da imunidade usufruída	36	(449.837.842,23)	(1.215.651,93)	(13.184.783,23)	(464.238.277,39)	(414.682.020,61)	(1.089.682,38)	(11.310.978,22)	(427.082.681,21)
(-) Imunidade usufruída	36	449.837.842,23	1.215.651,93	13.184.783,23	464.238.277,39	414.682.020,61	1.089.682,38	11.310.978,22	427.082.681,21
RESULTADO BRUTO		89.854.700,63	(7.872.108,65)	9.376.154,62	91.358.746,60	112.553.501,00	(6.931.888,83)	(4.208.495,78)	101.413.116,39

Continua...

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024**
 (em Reais)

	NOTAS	ATIVIDADES DE SAÚDE			2025	ATIVIDADES DE SAÚDE			2024
		GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO	GESTÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA GRATUITA	GESTÃO DE APOIO À SAÚDE	ACUMULADO
DESPESAS		(171.686.951,16)	(2.435.209,36)	(15.268.654,10)	(189.390.814,62)	(152.812.969,99)	(1.231.806,03)	(8.342.462,89)	(162.387.238,91)
Impostos, taxas e contribuições	30	(1.294.075,68)	(243.275,00)	(236.414,41)	(1.773.765,09)	(1.417.487,73)	(44.208,96)	(275.687,17)	(1.737.383,86)
Despesas gerais	31	(161.718.312,11)	(2.191.934,36)	(14.614.399,69)	(178.524.646,16)	(140.294.167,06)	(1.187.597,07)	(8.066.775,72)	(149.548.539,85)
Provisões para contingências		(8.674.563,37)	-	(417.840,00)	(9.092.403,37)	(11.101.315,20)	-	-	(11.101.315,20)
OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS		35.679.787,36	8.885.595,17	31.384.949,13	75.950.331,66	32.880.149,93	7.030.427,41	4.253.677,99	44.164.255,33
Despesas com doações e auxílios		-	(71.345,00)	(12.650,00)	(83.995,00)	-	(21.119,96)	(10.771,81)	(31.891,77)
Receitas com doações e subvenções		1.879.580,56	699.236,98	13.104,77	2.591.922,31	1.431.162,16	1.400.404,95	73.000,00	2.904.567,11
Outras receitas	25	33.800.206,80	8.257.703,19	31.384.494,36	73.442.404,35	31.448.987,77	5.651.142,42	4.191.449,80	41.291.579,99
TRABALHO VOLUNTÁRIO		-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas do trabalho voluntário	32	973.361,00	545.512,80	95.044,01	1.613.917,81	-	527.006,16	90.518,11	617.524,27
(-) Custos do trabalho voluntário	32	(973.361,00)	(545.512,80)	(95.044,01)	(1.613.917,81)	-	(527.006,16)	(90.518,11)	(617.524,27)
RESULTADO ANTES DAS REC. E DESP. FINANCEIRAS		(46.150.110,08)	(1.421.722,84)	25.490.096,56	(22.081.736,36)	(7.379.319,06)	(1.133.267,45)	(8.297.280,68)	(16.809.867,19)
RESULTADO FINANCEIRO	26	21.357.047,56	176.372,37	8.445.974,61	29.979.394,54	20.370.233,68	68.784,42	5.039.925,24	25.478.943,34
Receitas financeiras	26	22.457.377,02	186.730,62	11.268.571,15	33.912.678,79	22.261.917,06	86.741,47	5.475.504,15	26.824.162,68
Despesas financeiras	26	(1.100.329,46)	(10.358,25)	(2.822.596,54)	(3.933.284,25)	(891.683,38)	(17.957,05)	(435.578,91)	(1.345.219,34)
SUPERÁVIT/(DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	38	(24.793.062,52)	(1.245.350,47)	33.936.071,17	7.897.658,18	12.990.914,62	(1.064.483,03)	(3.257.355,44)	8.669.076,15

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em Reais)

Descrição	2025	2024
Superávit do exercício	7.897.658,18	8.669.076,15
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	7.897.658,18	8.669.076,15

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em Reais)

Descrição	Patrimônio social	Superávit do exercício	Dotação final	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	97.312.433,09	22.998.610,72	12.790.235,85	133.101.279,66
Incorporação do superávit do exercício anterior	22.998.610,72	(22.998.610,72)	-	-
Transferência da dotação final ao patrimônio social	12.790.235,85	-	(12.790.235,85)	-
Constituição da dotação final do exercício	-	-	3.983.446,85	3.983.446,85
Superávit do exercício de 2024	-	8.669.076,15	-	8.669.076,15
Saldo em 31 de dezembro de 2024	133.101.279,66	8.669.076,15	3.983.446,85	145.753.802,66
Incorporação do superávit do exercício anterior	8.669.076,15	(8.669.076,15)	-	-
Transferência da dotação final ao patrimônio social	3.983.446,85	-	(3.983.446,85)	-
Constituição da dotação final do exercício	-	-	1.331.855,24	1.331.855,24
Superávit do exercício de 2025	-	7.897.658,18	-	7.897.658,18
Saldo em 31 de dezembro de 2025	145.753.802,66	7.897.658,18	1.331.855,24	154.983.316,08

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em Reais)

Descrição	2025	2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	7.897.658,18	8.669.076,15
Ajustes ao resultado		
Depreciação e amortização – gestão própria	2.237.193,05	1.064.327,49
Dotação final	1.331.855,24	3.983.446,85
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Adiantamentos e outros créditos	(3.926.914,61)	(8.158.655,42)
Créditos com contratos de gestão e convênios	(32.239.165,90)	(54.463.674,91)
Estoques e despesas antecipadas	(4.670.709,39)	(4.004.372,34)
Fornecedores	(5.748.753,73)	5.282.946,30
Obrigações trabalhistas, sociais e fiscais	18.431.172,09	10.140.958,28
Provisões para férias e encargos	17.543.143,86	18.413.960,37
Provisões para contingências	2.708.343,23	7.538.465,26
Outras obrigações	35.513.118,73	(3.020.893,94)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.076.940,75	(14.554.415,91)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado e intangível – gestão pública	(9.262.210,02)	(13.504.723,89)
Baixa de imobilizado e intangível – gestão pública	936.279,68	10.965.138,59
Aquisição de imobilizado e intangível – gestão própria	(10.008.646,52)	(37.377.151,67)
Baixa de imobilizado e intangível – gestão própria	9.703,51	3.574.486,84
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(18.324.873,35)	(36.342.250,13)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento para aquisição de imobilizado	9.262.210,02	13.501.723,89
Recebimento (pagamento) líquido de empréstimos	25.073.198,51	22.516.834,14
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	34.335.408,53	36.026.843,50
Varição líquida nas disponibilidades	55.087.475,93	(14.875.108,01)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO OU (REDUÇÃO) DE CAIXA		
Disponibilidades no início do exercício	201.932.348,27	216.807.456,28
Disponibilidades no final do exercício	257.019.824,20	201.932.348,27
Varição líquida nas disponibilidades	55.087.475,93	(14.875.108,01)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Estudos e Pesquisas “Dr. João Amorim” – CEJAM é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com Estatuto Social registrado no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e reconhecida como de Utilidade Pública nas esferas federal, estadual e municipal, em conformidade com a legislação aplicável.

Está inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº 66.518.267/0001-83 e qualificada como Organização Social de Saúde, com atuação consolidada e relevante nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

O CEJAM tem como objeto social a promoção da saúde e atua, de forma predominante, na gestão, operacionalização e execução de serviços de saúde por meio de contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres firmados com o poder público, incluindo Prefeituras Municipais e o Governo do Estado de São Paulo, entre outros entes públicos.

Ao longo de sua trajetória, a Entidade consolidou expertise na administração de serviços públicos de saúde, operando com elevado grau de complexidade e capilaridade, em diferentes níveis de atenção, desde a Atenção Primária até a Alta Complexidade, abrangendo gestão hospitalar, serviços de urgência e emergência, atenção especializada, reabilitação, saúde mental e programas assistenciais complementares.

Adicionalmente, no âmbito da responsabilidade social e promoção da saúde, desenvolve programas institucionais voltados ao voluntariado, à integração com a comunidade, à sustentabilidade ambiental e à ampliação do acesso à saúde, incluindo iniciativas estruturadas de saúde digital.

Ao final do exercício de 2025, o CEJAM estava presente em 19 municípios, com a operação de mais de 100 unidades e serviços de saúde, refletindo elevada capilaridade e relevância no contexto do sistema público de saúde.

Sua estrutura operacional é composta por aproximadamente 24.000 colaboradores, entre equipes assistenciais, administrativas, gestão e terceiros, evidenciando a escala e a complexidade de suas operações.

No âmbito assistencial, a Entidade realiza anualmente milhões de atendimentos, incluindo consultas médicas e odontológicas, atendimentos de urgência, procedimentos assistenciais e visitas domiciliares, apoiados por sistemas estruturantes, como o Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), que contribui para a integração assistencial, rastreabilidade e qualidade da informação clínica.

As operações da Entidade são preponderantemente financiadas por recursos públicos, por meio dos instrumentos contratuais mencionados, estando sua sustentabilidade econômico-financeira associada à adequada execução, gestão e renovação desses contratos, bem como à eficiência operacional e ao controle de custos.

Nesse contexto, a Administração adota práticas contínuas de aprimoramento de processos, gestão de desempenho e governança, com foco na sustentabilidade institucional e na qualidade dos serviços prestados.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, considerando a capacidade da Entidade de manter suas atividades no curso normal dos negócios.

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO (EC 132/2023 E LC 214/2025)

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025, foi instituído no Brasil um novo modelo de tributação sobre o consumo, com a criação dos tributos Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto Seletivo (IS).

A reforma mantém a imunidade constitucional aplicável às entidades sem fins lucrativos quanto ao patrimônio, renda e receitas vinculadas às suas finalidades essenciais. Eventuais receitas não vinculadas poderão estar sujeitas à nova sistemática, conforme regulamentação específica.

A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033. A Administração acompanha de forma contínua os desdobramentos regulatórios, inclusive quanto a potenciais impactos indiretos na cadeia de fornecedores, estrutura de custos e formação de preços.

Até a presente data, não foram identificados impactos relevantes mensuráveis nas demonstrações contábeis.

2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.a) Declaração de conformidade:

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), compreendendo as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com destaque para a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros e a NBC TG Estrutura Conceitual.

2.b) Base de mensuração:

As demonstrações contábeis foram preparadas, substancialmente, com base no custo histórico, exceto quando requerido de forma diversa pelas normas aplicáveis a instrumentos financeiros.

2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que corresponde à moeda funcional da Entidade.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A elaboração das demonstrações contábeis requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas, que impactam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas são baseadas na melhor avaliação da Administração, suportadas por informações internas e externas disponíveis, e são revisadas de forma contínua, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente.

Destacam-se como áreas relevantes:

- reconhecimento de receitas de contratos de gestão;
- provisões e contingências;
- vida útil do ativo imobilizado;
- recuperabilidade de ativos (impairment);
- mensuração de instrumentos financeiros.

No exercício, não houve alterações relevantes nas estimativas contábeis.

2.e) Trabalho voluntário:

A Entidade conta com uma atuação estruturada e abrangente de trabalho voluntário, que envolve não apenas os membros da Diretoria, mas também profissionais, conselheiros e demais voluntários engajados em diversas frentes institucionais, assistenciais, técnicas e de cuidado humanizado, refletindo a relevância dessa prática em suas atividades.

Os serviços voluntários recebidos são objeto de levantamento, mensuração e reconhecimento contábil, com base em parâmetros de mercado e na natureza dos serviços prestados, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Os valores apurados são registrados simultaneamente como receita e despesa, em montantes equivalentes, de forma a refletir adequadamente a essência econômica dessas contribuições, sem impacto no resultado do exercício.

Tais serviços contemplam, de forma relevante, tanto a atuação da Diretoria quanto a participação de voluntários em diferentes iniciativas e projetos desenvolvidos pela Entidade, evidenciando o compromisso institucional com a promoção do interesse público e o fortalecimento de suas atividades sociais.

2.f) Apresentação das demonstrações por natureza de operação:

Com o objetivo de refletir de forma clara seu modelo operacional e aprimorar a transparência na prestação de contas, a Entidade apresenta suas demonstrações contábeis com segregação por natureza de operação.

Essa forma de apresentação está alinhada à sua estrutura organizacional, ao modelo de gestão adotado e às diretrizes aplicáveis ao setor da saúde, permitindo melhor compreensão sobre como os resultados são formados e como os recursos são aplicados em cada frente de atuação.

Em atendimento ao disposto na Lei Complementar nº 187, regulamentada pelo Decreto nº 11.791, a Entidade mantém práticas contábeis alinhadas aos requisitos legais e regulamentares exigidos para a manutenção do CEBAS, especialmente no que se refere à segregação das informações contábeis, mantendo a escrituração contábil de forma segregada, de modo a evidenciar, de maneira clara e individualizada, as receitas, custos e despesas vinculados às atividades desenvolvidas nas áreas certificadas, o que contribui para fins de fiscalização, supervisão e renovação do CEBAS.

As operações estão organizadas em três grupos principais:

GESTÃO PÚBLICA:

Corresponde às atividades relacionadas à execução de contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres firmados com o poder público, especialmente no âmbito do sistema público de saúde.

ASSISTÊNCIA GRATUITA:

Refere-se às ações de natureza filantrópica e institucional, não vinculadas diretamente a contratos específicos, voltadas à ampliação do acesso aos serviços de saúde.

GESTÃO DE APOIO À SAÚDE:

Compreende a estrutura administrativa central, responsável pelo suporte técnico, operacional e estratégico às unidades assistenciais.

Os custos da estrutura de apoio são distribuídos entre essas operações com base em metodologia técnica, sistematizada e consistente, estruturada para refletir, de forma adequada, a utilização dos recursos por cada área.

A alocação considera parâmetros operacionais e financeiros, incluindo a natureza das despesas e a vinculação das operações aos respectivos contratos e atividades desenvolvidas.

Para essa distribuição, são considerados, entre outros aspectos:

- volume de operações;
- nível de complexidade dos serviços prestados;
- demanda por atividades de suporte;
- características da estrutura operacional das unidades.

O processo é suportado por controles internos e ferramentas específicas, que permitem a apuração, o acompanhamento e a rastreabilidade dos valores alocados, incluindo a manutenção de memória de cálculo, de forma a garantir transparência e possibilidade de verificação.

A metodologia é aplicada de maneira uniforme ao longo do tempo e revisada periodicamente pela Administração, com o objetivo de assegurar sua aderência à realidade operacional da Entidade, às práticas aplicáveis à gestão de serviços de saúde e às expectativas dos órgãos de controle.

Essa forma de apresentação não altera os critérios contábeis utilizados, nem substitui as demonstrações contábeis obrigatórias apresentadas de forma consolidada.

A Administração entende que essa prática está alinhada às melhores práticas de prestação de contas aplicáveis a entidades com elevado grau de complexidade operacional, constituindo-se em importante instrumento de gestão e de transparência institucional.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir são aplicadas de forma consistente na elaboração das demonstrações contábeis da Entidade, refletindo a natureza de suas operações, especialmente no âmbito da gestão de serviços de saúde.

3.a) Instrumentos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros não derivativos são representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber decorrentes de contratos de gestão, convênios e outros créditos. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros não derivativos, representados principalmente por fornecedores e outras obrigações, seguem o mesmo critério de reconhecimento e mensuração.

Caixa e equivalentes de caixa incluem recursos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento original igual ou inferior a 90 dias, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Os ativos financeiros são mantidos, predominantemente, com o objetivo de recebimento de fluxos de caixa contratuais.

A Entidade não possui instrumentos financeiros classificados ao valor justo, nem operações com derivativos ou hedge.

A avaliação de recuperabilidade dos ativos financeiros considera as melhores estimativas da Administração quanto ao risco de inadimplência.

A compensação entre ativos e passivos financeiros ocorre apenas quando há direito legal e intenção de liquidação pelo valor líquido.

Gestão de riscos financeiros

A Entidade está exposta, principalmente:

- ao risco de crédito, associado à execução de contratos com o poder público;
- e ao risco de liquidez, relacionado ao cumprimento de suas obrigações operacionais.

A gestão financeira adota postura conservadora, priorizando aplicações em instituições de primeira linha e instrumentos de alta liquidez, assegurando a continuidade das operações e a adequada execução dos serviços de saúde.

3.b) Estoques:

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, sendo o custo apurado pelo método do custo médio ponderado.

3.c) Imobilizado:

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

Os bens adquiridos com recursos públicos, no âmbito dos contratos de gestão na área da saúde, são registrados no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo não circulante, na rubrica "bens públicos em nosso poder", considerando sua natureza reversível ao poder público ao término dos contratos, conforme previsto nos instrumentos contratuais.

Esses ativos permanecem registrados enquanto vinculados à prestação dos serviços, podendo ser substituídos ao longo do tempo em função de evolução tecnológica ou necessidades operacionais.

Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

- Para bens próprios: reconhecida no resultado;
- Para bens vinculados à gestão pública: registrada em contrapartida ao passivo, com efeitos compensatórios no resultado, em função do reconhecimento da receita de subvenção correspondente ao longo da vida útil dos ativos.

A Administração revisa periodicamente as estimativas, não tendo sido identificadas alterações relevantes.

Vidas úteis estimadas:

- Construções: 25 anos;
- Instalações: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 10 anos;
- Equipamentos de uso médico: 10 anos;
- Equipamentos de informática: 5 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Veículos: 5 anos;
- Biblioteca: 10 anos;
- Benfeitorias: 25 anos.

3.d) Intangível:

Refere-se, principalmente, a softwares, registrados ao custo e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada.

3.e) Redução ao valor recuperável (impairment):

Os ativos são avaliados, ao final de cada exercício, quanto à existência de indícios de perda de valor recuperável.

Quando aplicável, a perda é reconhecida com base nas melhores estimativas de fluxos de caixa futuros.

A Administração não identificou perdas relevantes no período.

3.f) Passivo circulante e não circulante:

Os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço.

As provisões são reconhecidas quando há obrigação presente, com provável saída de recursos e estimativa confiável de valor.

3.g) Patrimônio social:

O patrimônio social é composto pelos resultados acumulados desde a constituição da Entidade.

Os recursos são integralmente aplicados na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, especialmente na prestação de serviços de saúde, conforme previsto em seu estatuto.

3.h) Transferências patrimoniais:

As transferências patrimoniais correspondem às movimentações internas entre matriz e filiais, registradas substancialmente em decorrência da centralização, pela matriz, do recolhimento de tributos, contribuições sociais e demais encargos fiscais, cujos valores são reembolsados pelas unidades operacionais em conformidade com as obrigações apuradas em cada estabelecimento. De forma acessória, incluem transferências internas de numerários, materiais e equalização de saldos entre estabelecimentos. Tais movimentações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, sem impacto no resultado do exercício, não se caracterizando como aportes ou distribuições de recursos, por representarem exclusivamente compensações internas vinculadas à gestão operacional da Entidade.

3.i) Receitas:

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, à medida em que os serviços são prestados, predominantemente no âmbito dos contratos de gestão firmados com órgãos públicos de saúde.

As receitas desses contratos possuem natureza de subvenção governamental, sendo reconhecidas conforme critérios descritos no item 3.j.

Doações são reconhecidas quando recebidas ou quando há segurança de sua realização.

Os recursos destinados à aquisição de ativos vinculados à gestão pública não transitam pelo resultado, sendo registrados diretamente no passivo.

3.j) Subvenções governamentais:

Os recursos recebidos por meio dos Contratos de Gestão firmados com as Secretarias Municipais e Estadual de Saúde são contabilizados em conformidade com a NBC TG 1000 (R1) – Seção 24 – Subvenção Governamental.

As subvenções governamentais são classificadas conforme sua natureza:

- Subvenções para custeio: são reconhecidas como receita do exercício, pelo regime de competência, com base no montante dos repasses recebidos ou a receber, refletindo a execução dos contratos de gestão e a prestação dos serviços de saúde correspondentes, em conformidade com as metas pactuadas.
- Subvenções para investimento: referem-se a recursos destinados à aquisição, construção ou formação de ativos. Esses valores são registrados no passivo não circulante e permanecem vinculados aos contratos de gestão, em razão da natureza reversível dos bens ao poder público.

A receita correspondente às subvenções para investimento é reconhecida no resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos relacionados, em base consistente com a respectiva depreciação, refletindo o consumo dos benefícios econômicos desses bens.

3.k) Despesas:

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência e suportadas por documentação adequada, em conformidade com a legislação aplicável.

3.l) Resultado financeiro:

As receitas financeiras decorrem, principalmente, de rendimentos de aplicações.

As despesas financeiras incluem encargos bancários e outras despesas correlatas.

3.m) Apuração do resultado:

O resultado é apurado pelo regime de competência.

As receitas são reconhecidas quando há expectativa de realização e mensuração confiável.

3.n) Pronunciamentos novos ou revisados:

As normas aplicáveis a partir do exercício não geraram impactos relevantes.

A Administração também não espera efeitos materiais decorrentes de normas ainda não vigentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa correspondem a numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando possui vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, contados da data da aquisição.

No contexto das operações da Entidade, esses recursos são mantidos, substancialmente, para atendimento das necessidades operacionais vinculadas à execução de contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres, observando-se a adequada segregação e vinculação dos recursos conforme sua finalidade.

Composição do caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
CAIXA E FUNDO FIXO		
Caixa	158,85	200,00
Fundo Fixo	22.656,51	20.635,82
BANCOS – CONTA MOVIMENTO		
Banco do Brasil S.A.	1.118.007,13	5.078,17
Banco Santander (Brasil) S.A.	31.006,52	34.065,93
Banco Bradesco S.A.	3.780,72	5,00
Itaú Unibanco S.A.	1,00	-
Banco XP S.A.	15.538,90	734,94
Banco Sofisa S.A.	3.442.822,16	-
Swap Meios de Pagamentos Inst. Pagto. S.A.	106.320,00	-
BANCO – APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
Banco do Brasil S.A.	100.397.613,54	55.888.375,96
Banco Santander (Brasil) S.A.	57.553.673,05	95.058.304,59
Banco Bradesco S.A.	30.150.149,71	42.673.744,82
Itaú Unibanco S.A.	54.740.056,00	-
Banco XP S.A.	3.600.645,07	3.179.989,95
Banco Sofisa S.A.	5.837.395,04	5.071.213,09
	257.019.824,20	201.932.348,27

Os saldos apresentados refletem a posição financeira disponível para suportar as atividades operacionais da Entidade, sendo geridos de forma a assegurar liquidez e segurança na aplicação dos recursos.

5. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Os adiantamentos a empregados referem-se, substancialmente, a valores concedidos a colaboradores a título de antecipações salariais, férias, benefícios e outros valores de natureza trabalhista, os quais serão compensados em períodos subsequentes.

Os saldos são reconhecidos pelo regime de competência e refletem direitos da Entidade decorrentes de valores já desembolsados.

Composição dos adiantamentos a empregados:

	2025	2024
Adiantamentos de férias	11.239.311,60	9.569.809,58
Adiantamentos de ordenados	108.749,38	37.479,34
Outros adiantamentos a recuperar	-	1.230.795,97
	<u>11.348.060,98</u>	<u>10.838.084,89</u>

A variação entre os exercícios está associada à dinâmica operacional da Entidade e à movimentação do quadro de colaboradores ao longo do período.

6. CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

Os créditos com contratos de gestão e convênios correspondem a valores a receber decorrentes da execução de contratos firmados com entes públicos, reconhecidos pelo regime de competência, à medida em que os serviços são prestados.

Tais valores representam receitas já apropriadas contabilmente, mas ainda não recebidas até a data das Demonstrações Contábeis.

Composição dos créditos com contratos de gestão e convênios:

	2025	2024
Org. Social Est. SP – Guarulhos	-	379.825,52
Org. Social Est. SP – Hosp. Leonor Mendes de Barros	-	38.779,80
Org. Social Est. SP – Hosp. Santa Tereza de Ribeirão Preto	80.302,35	-
Org. Social Mun. SP – Jardim Ângela e Capão Redondo	101.412.355,88	68.269.952,46
Org. Social Mun. SP – Convênio Parto Seguro	28.308.857,29	29.134.567,82
Org. Social Mun. SP – PROREHOSP	80.754.348,19	101.266.715,47
Org. Social Mun. SP – Hosp. M'Boi Mirim	4.207.147,70	-
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 67/2018)	-	1.082.095,65
Org. Social Mogi das Cruzes – ESF/LACEM (CG 46/2020)	1.516.657,19	321.578,03
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 57/2024)	583.624,28	-
Org. Social RJ – Hosp. Mun. Evandro Freire (CG 37/2015)	24.750.955,52	24.750.955,52
Org. Social RJ – Hosp. Mun. Evandro Freire (CG 10/2021)	10.693.948,76	5.979.193,37
Org. Social RJ – Hosp. da Mulher Mariska Ribeiro	29.515.523,75	23.584.817,98
Org. Social RJ – Hosp. Mat. Paulino Werneck	9.786.776,59	7.563.338,80
Org. Social Carapicuíba – Pronto Socorro da Vila Dirce	-	363.340,16
Gestão Saúde Campinas – Bata Branca	7.540.185,70	7.807.810,46
Gestão Saúde Campinas – Cirurgia Geral	523.763,30	382.827,48
Org. Social Peruíbe – Maternidade Municipal de Peruíbe	346.368,84	533.582,31
Org. Social São Roque – Hosp. Mat. Santa Casa	1.691.831,54	-
Org. Social São José dos Campos – UPA Campo dos Alemães	2.903.972,60	2.266.292,00
Org. Social São José dos Campos – Microrregião Norte	4.543.261,25	3.195.042,00
	<u>309.159.880,73</u>	<u>276.920.714,83</u>

Os saldos refletem a execução dos contratos e o cumprimento das metas pactuadas, sendo acompanhados de forma contínua pela Administração.

A avaliação de recuperabilidade considera o histórico de recebimentos, a regularidade dos repasses e a natureza dos contratos, não havendo, até o momento, indicativos de perdas relevantes.

7. OUTROS CRÉDITOS

Os outros créditos referem-se a valores a recuperar ou a receber não diretamente vinculados aos contratos de gestão e convênios, incluindo, entre outros, créditos com partes relacionadas, adiantamentos diversos e valores a ressarcir.

No que se refere às operações com partes relacionadas, os saldos decorrem, principalmente, de movimentações financeiras entre unidades da própria Entidade, realizadas no contexto da gestão compartilhada de recursos.

Composição dos outros créditos:

	2025	2024
Aluguéis a receber	213.876,64	79.523,29
CEJAM – Campinas Bata Branca	1.557.411,95	-
CEJAM – Hosp. Geral de Carapicuíba	-	1.263.383,31
CEJAM – Hosp. Geral de Itapevi	3.403.309,04	615.808,10
CEJAM - Instituto de Responsabilidade Social	380.735,82	987.865,35
CEJAM – Mantenedora	263.274,58	263.274,58
CEJAM - Mogi das Cruzes ESF/LACEM (CG 46/2020)	665.405,30	-
CEJAM – Mogi das Cruzes UNICA (CG 67/2018)	-	201.460,43
CEJAM – RJ Hosp. da Mulher Mariska Ribeiro	1.785.000,00	-
CEJAM – RJ Hosp. Mun. Evandro Freire	5.950.000,00	-
CEJAM – RJ Núcleo Regional	5.850.000,00	0,66
CEJAM - São José dos Campos Microrregião Norte	3.939.800,00	296.083,74
CEJAM – São José dos Campos UPA Campo dos Alemães	460.700,00	-
CEJAM – SP Jardim Ângela e Capão Redondo	13.807.591,55	-
Centro de Diagnóstico por Imagem (encerrado)	-	1.169.318,81
Condomínio	9.642,78	3.000,00
Créditos interunidades – Custeio de pessoal	355.463,46	330.253,79
Depósitos judiciais a regularizar	6.704.271,15	875.934,36
Depósitos vinculados ou restituíveis	275.652,71	237.388,80
Outros valores a regularizar	495.683,99	1.067.433,54
	46.117.818,97	7.390.728,76

Os valores registrados na rubrica “Depósitos judiciais a regularizar” referem-se, substancialmente, a depósitos judiciais vinculados à discussão tributária envolvendo o ISS do Município de Campinas. Tais depósitos vêm sendo realizados em atendimento à decisão liminar proferida nos autos do processo judicial, a qual determinou o depósito mensal do montante integral do crédito tributário como condição para suspensão de sua exigibilidade. A variação observada no período decorre, principalmente, da continuidade desses depósitos ao longo do exercício.

Os valores registrados são acompanhados de forma contínua pela Administração e refletem, substancialmente, operações de natureza operacional, não havendo indicativos de riscos relevantes quanto à sua realização.

8. ESTOQUES

Os estoques correspondem, substancialmente, a materiais médico-hospitalares, medicamentos e insumos utilizados na prestação de serviços de saúde, sendo registrados ao custo de aquisição ou produção, não excedendo ao valor realizável líquido.

Os itens são destinados ao consumo no curso normal das operações da Entidade, especialmente no atendimento das atividades assistenciais vinculadas aos contratos de gestão e convênios.

Composição dos estoques:

	2025	2024
Dietas parenterais	26.767,95	8.305,77
Empréstimos de materiais e medicamentos	4.018.807,56	3.279.321,11
Gases hospitalares	11.086,35	19.637,12
Gêneros alimentícios	703.309,62	723.269,33
Instrumentos cirúrgicos	180,08	88,88
Materiais cirúrgicos	43.315,75	47.349,40
Materiais de EPI e EPC	438.655,60	206.361,89
Materiais de expediente e escritório	1.220.558,77	806.615,51
Materiais de higiene	227.513,54	170.632,37
Materiais de informática	165.920,02	228.799,46
Materiais de laboratório e reagentes	28.055,20	34.595,14
Materiais de limpeza e descartáveis	1.044.906,22	762.190,29
Materiais de manutenção	1.929.123,25	1.889.534,32
Materiais de uso médico e hospitalar	9.061.465,95	8.494.778,53
Materiais impressos	104.868,62	85.641,25
Materiais permanentes	114.143,30	676.715,95
Medicamentos	7.913.481,54	6.493.180,92
Nutrição enteral	336.711,01	207.598,79
Órteses, próteses e materiais especiais (OPME)	517.767,66	264.343,65
Peças e acessórios	458.377,96	264.193,96
Suporte nutricional e dietético	20,00	-
Tecidos e aviamentos	4.183,90	1.658,95
Uniformes e rouparias	1.029.327,29	707.409,39
Utensílios diversos	45.259,04	32.824,52
Utensílios para copa	136.078,03	183.303,93
	29.579.884,21	25.588.350,43

Os saldos refletem o nível de abastecimento necessário à continuidade das operações, sendo periodicamente avaliados quanto à sua adequação, não havendo indicativos de perdas relevantes ou obsolescência.

9. RESERVA PARA CONTINGÊNCIAS

A reserva para contingências refere-se à parcela do patrimônio social destinada a fazer frente a riscos potenciais identificados pela Administração, relacionados a eventos futuros incertos que possam impactar a situação patrimonial da Entidade.

A constituição e eventual reversão dessa reserva são realizadas com base em deliberações da Administração, observando critérios de prudência e responsabilidade na gestão dos recursos.

Composição da reserva para contingências:

	2025	2024
Banco Santander (Brasil) S.A.	-	35.609.730,88

No exercício de 2025, os recursos anteriormente classificados nessa rubrica foram integralmente reclassificados para o grupo de aplicações financeiras, em função da implementação de nova sistemática de gestão e controle, alinhada às diretrizes de governança financeira da Entidade.

Dessa forma, o saldo da reserva para contingências encontra-se zerado em 31 de dezembro de 2025, sem que isso represente descontinuidade no monitoramento dos riscos que motivaram sua constituição, os quais permanecem sendo acompanhados pela Administração.

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado corresponde aos bens tangíveis utilizados na manutenção das atividades operacionais da Entidade, registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada.

No contexto das operações, os ativos estão segregados entre bens próprios da Entidade e bens vinculados à gestão pública, estes últimos adquiridos com recursos oriundos de contratos de gestão e convênios.

Os bens próprios são utilizados na estrutura administrativa e operacional da Entidade, enquanto os bens públicos permanecem vinculados às unidades de saúde gerenciadas, sendo revertidos ao ente público ao término dos respectivos instrumentos contratuais.

Composição do ativo imobilizado:

	Taxa	Saldo em 2024	Adição	Depreciação	Saldo em 2025
BENS PRÓPRIOS					
Terrenos	-	375.000,00	-	-	375.000,00
Construções	4%	35.305.834,81	282.264,96	(1.562.391,71)	34.025.708,06
Instalações	10%	281.015,29	1.502.880,00	(90.501,62)	1.693.393,67
Máquinas e equipamentos	10%	566.572,17	297.542,65	(92.761,18)	771.353,64
Equipamentos de uso médicos	10%	211.364,04	62.823,77	(27.000,39)	238.364,43
Equipamentos de informática	20%	149.167,38	253.913,41	(50.172,14)	352.908,65
Móveis e utensílios	10%	785.378,61	961.299,52	(146.025,51)	1.600.652,62
Veículos	20%	273.129,85	-	(121.698,00)	151.431,85
Benfeitorias	4%	649.819,80	6.711.922,41	(113.030,03)	7.248.712,18
BENS PÚBLICOS					
Construções	4%	10.077.419,35	-	(480.000,00)	9.597.419,35
Instalações	10%	577.631,15	253.374,07	(70.862,56)	760.142,66
Máquinas e equipamentos	10%	7.662.990,26	1.967.491,41	(1.362.820,74)	8.267.660,93
Equipamentos de uso médico	10%	28.019.603,70	1.829.718,45	(4.877.213,90)	24.972.108,25
Equipamentos de informática	20%	2.677.974,99	1.532.246,77	(1.484.263,78)	2.725.957,98
Móveis e utensílios	10%	4.835.761,53	2.153.218,87	(1.337.211,22)	5.651.769,18
Veículos	20%	64.879,85	44.750,00	(58.905,56)	50.724,29
Aparelhos e instr. de uso médico	10%	979.254,67	610.157,93	(174.537,63)	1.414.874,97
Benfeitorias	4%	14.841.629,42	2.645.862,89	(1.212.660,60)	16.274.831,71
					<u>116.173.014,42</u>

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, refletindo o padrão de consumo dos benefícios associados.

11. INTANGÍVEL

O ativo intangível corresponde, substancialmente, a ativos não monetários identificáveis, sem substância física, utilizados no suporte às atividades operacionais da Entidade, registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada.

No contexto das operações, esses ativos estão relacionados, principalmente, a sistemas e licenças de uso, essenciais para a gestão administrativa, financeira e assistencial das unidades gerenciadas.

Composição do ativo intangível:

	Taxa	Saldo em 2024	Adição	Amortização	Saldo em 2025
BENS PRÓPRIOS					
Direitos de uso de sistemas	20%	87.470,32	555,35	(27.410,85)	60.614,82
Marcas e patentes	-	10.972,01	-	-	10.972,01
BENS PÚBLICOS					
Direitos de uso de sistemas	20%	775.365,02	130.760,20	(345.297,08)	560.828,14
					<u>632.414,97</u>

A amortização é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos, refletindo o período em que se espera a geração de benefícios para a Entidade.

12. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

As obrigações trabalhistas referem-se aos valores devidos aos colaboradores vinculados à folha de pagamento da Entidade, incluindo salários, encargos decorrentes de rescisões contratuais, pensões alimentícias e demais compromissos de natureza trabalhista, reconhecidos pelo regime de competência.

Composição das obrigações trabalhistas:

	2025	2024
Salários a pagar	93.226.410,83	82.134.897,39
13º salários a pagar	-	861,57
Pensões alimentícias a pagar	212.629,33	211.522,74
Rescisões a pagar	1.896.778,57	577.332,48
Acordos trabalhistas a pagar	-	2.989,52
Penhora judicial a pagar	8.760,16	9.438,57
	95.344.578,89	82.937.042,27

A rubrica de salários a pagar representa a parcela mais relevante do grupo.

A variação entre os exercícios está associada, principalmente, à movimentação do quadro de colaboradores e às rescisões ocorridas no período.

As obrigações possuem natureza de curto prazo e são liquidadas nos prazos legais e contratuais.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

As obrigações sociais e fiscais correspondem aos encargos incidentes sobre a folha de pagamento e aos tributos retidos na fonte decorrentes das operações da Entidade, reconhecidos pelo regime de competência, em conformidade com a legislação aplicável.

As obrigações sociais referem-se, principalmente, aos encargos trabalhistas, com destaque para o FGTS, enquanto as obrigações fiscais correspondem, substancialmente, a tributos retidos de terceiros, incluindo colaboradores e prestadores de serviços.

Composição das obrigações sociais e fiscais:

	2025	2024
Contribuições sindicais e assistenciais	161.535,68	180.737,19
CSRF retida de pessoas jurídicas	3.528.991,00	3.295.785,93
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	15.793.091,71	14.618.156,45
INSS retido de autônomos	39.896,57	81.506,33
INSS retido de pessoas jurídicas	922.733,84	1.244.449,13
INSS retido na folha de pagamento	7.449.116,31	6.967.226,05
IRRF retido de autônomos	15.437,12	37.150,49
IRRF retido de pessoas jurídicas	723.286,37	597.833,18
IRRF retido na folha de pagamento	43.751.760,86	39.298.524,02
IRRF retido sobre aluguéis	60.530,58	52.353,04
ISS retido de autônomos	8.094,44	15.466,88
ISS retido de pessoas jurídicas	264.848,76	306.660,12
	72.719.323,24	66.695.848,81

A composição do grupo concentra-se em obrigações vinculadas à folha de pagamento e a retenções na fonte, refletindo a natureza operacional da Entidade.

As obrigações possuem natureza de curto prazo e são regularmente recolhidas nos prazos legais.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos referem-se, substancialmente, a operações de capital de giro contratadas junto a instituições financeiras, bem como a financiamentos vinculados a investimentos institucionais da Entidade.

No contexto das operações, a Entidade adota a segregação de recursos por projeto e contrato de gestão, o que pode demandar, pontualmente, a utilização de linhas de crédito de curto prazo por unidades específicas, independentemente da posição financeira consolidada.

As operações contratadas contemplam, quando aplicável, garantias usuais de mercado, tais como cessão fiduciária de aplicações financeiras, incluindo CDBs, bem como outros instrumentos compatíveis com a natureza das operações, conforme estabelecido contratualmente junto às instituições financeiras.

Composição dos empréstimos e financiamentos:

	Encargos	2025	2024
CIRCULANTE			
Banco Santander (Brasil) S.A.	CDI + spread	9.400.500,37	1.459.392,21
Banco Bradesco S.A.	CDI + spread	27.156.472,47	23.701.691,16
Itaú Unibanco S.A.	CDI + spread	9.253.309,04	-
Banco Sofisa S.A.	Pré-fixado	5.000.000,00	-
		<u>50.810.281,88</u>	<u>25.161.083,37</u>
NÃO CIRCULANTE			
Banco Bradesco S.A.	CDI + spread	1.728.000,00	2.304.000,00
		<u>52.538.281,88</u>	<u>27.465.083,37</u>

As operações indexadas ao CDI apresentam spreads que variam, aproximadamente, entre 9% a.a. e 16% a.a., acrescidos do CDI, conforme condições específicas de cada contrato. Adicionalmente, a Entidade possui operação a taxa pré-fixada de 21,26% a.a., conforme pactuado junto à instituição financeira.

No exercício de 2025, observa-se aumento no saldo de empréstimos e financiamentos, decorrente, principalmente, da maior utilização de linhas de capital de giro por unidades operacionais, em função da dinâmica de execução dos contratos e do fluxo de repasses financeiros.

Adicionalmente, no período, foram contratadas operações destinadas à aquisição de imóvel para a instalação da sede administrativa, bem como à execução das respectivas obras de adequação.

As operações estão sujeitas a encargos financeiros definidos com base em parâmetros observáveis de mercado, especialmente operações indexadas ao CDI acrescidas de spread, bem como, em menor escala, operações a taxas pré-fixadas, sendo tais condições compatíveis com o perfil de risco, prazo e natureza das operações contratadas.

A Administração avalia periodicamente essas condições, entendendo que as taxas pactuadas estão alinhadas àquelas usualmente praticadas pelas instituições financeiras para entidades com perfil semelhante.

As operações são utilizadas de forma pontual e são continuamente monitoradas pela Administração no âmbito da gestão de caixa.

15. CONTAS A PAGAR

As contas a pagar referem-se, substancialmente, a obrigações de natureza administrativa, institucional e interunidades, incluindo saldos com partes relacionadas, concessionárias de serviços públicos, compromissos financeiros diversos, bem como valores vinculados à execução dos contratos de gestão.

Composição das contas a pagar:

	2025	2024
CIRCULANTE		
Águas do Rio 4 SPE S.A.	668.435,68	668.435,68
Aluguéis a pagar	310.203,78	297.962,44
CEJAM – Apoio à Matriz	3.745.010,40	1.559.358,32
CEJAM – Mantenedora	12.110.220,99	3.036.266,84
CEJAM - Mogi das Cruzes ESF/LACEM	665.405,30	201.460,43
CEJAM – RJ Hosp. Mat. Paulino Werneck	1.885.000,00	-
CEJAM – RJ Núcleo Regional	5.850.000,00	-
CEJAM – SP PROREHOSP	13.807.591,55	-
Cia. Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE	1.835.253,23	2.083.697,18
Cia. Saneamento Básico Est. S.Paulo – SABESP	239.280,25	170.370,60
Claro S.A.	203,00	185,90
Débitos interunidades – Custeio de pessoal	355.463,46	330.253,79
Elektro Redes S.A.	-	143.649,15
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de SP	244.516,95	227.164,13
Empréstimos consignados a folha	5.314.165,86	4.157.745,26
Empréstimos de materiais e medicamentos	2.751.128,08	2.222.970,10
IRS – Ação institucional	3.920,00	59.230,00
IRS – Contribuições voluntárias	610,00	640,00
Light Serviços de Eletricidade S.A.	18.243.627,84	18.712.979,42
Nextel Telecomunicações Ltda.	-	339,80
Nova Glória Park Estacionamento Ltda.	30.000,00	-
Outros valores a regularizar	435.825,55	536.512,54
Plano de previdência privada	105.918,99	114.471,58
Plano de saúde	-	118.662,36
Plano odontológico	224.997,47	18.671,29
PMSP – Adiantamentos a apropriar	3.401.127,64	2.948.500,64
PMSP - Recursos a devolver	1.227.330,72	1.227.330,72
Processos Judiciais a Pagar	790.214,45	-
Recebimentos antecipados	-	61.550,88
Telefonica Brasil S.A.	2.015,64	8.897,22
TIM Celular S.A.	30.196,72	31.964,05
	74.277.663,55	38.939.270,32
NÃO CIRCULANTE		
Acordos trabalhistas a pagar	139.438,01	34.027,45
	74.417.101,56	39.973.297,77

Os saldos correspondem, predominantemente, a compromissos de curto prazo decorrentes da estrutura administrativa e da gestão operacional da Entidade.

A variação entre os exercícios está relacionada à dinâmica das operações e à movimentação desses compromissos no período.

As obrigações são liquidadas conforme os prazos estabelecidos e vêm sendo regularmente acompanhadas pela Administração.

16. PROVISÕES PARA FÉRIAS E ENCARGOS

As provisões para férias e encargos correspondem às obrigações estimadas relativas aos direitos adquiridos pelos colaboradores até a data do balanço, principalmente no que se refere a férias vencidas e proporcionais, acrescidas do adicional constitucional e dos respectivos encargos sociais. Tais provisões são reconhecidas pelo regime de competência.

Composição das provisões para férias e encargos:

	2025	2024
Férias e 1/3 sobre férias	154.047.199,38	137.799.037,92
FGTS sobre férias	12.305.126,91	11.010.144,51
	166.352.326,29	148.809.182,43

A provisão para férias representa os valores devidos aos colaboradores referentes aos períodos não gozados até a data do balanço, enquanto o FGTS sobre férias corresponde ao encargo social incidente sobre esses valores.

Os saldos são atualizados mensalmente e refletem, de forma adequada, as obrigações da Entidade com seus colaboradores, não havendo incertezas relevantes quanto à sua realização.

17. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências referem-se a obrigações presentes decorrentes de processos judiciais e administrativos, de natureza trabalhista e cível, reconhecidas com base na melhor estimativa da Administração, suportada pela avaliação de assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas para processos classificados com probabilidade de perda provável, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. Os processos classificados como de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados para fins de transparência.

Composição das provisões para contingências (perdas prováveis):

	2025	2024
Contingências trabalhistas	8.678.807,86	9.801.737,94
Contingências cíveis	11.327.200,07	7.297.926,76
	<u>20.006.007,93</u>	<u>17.099.664,70</u>

As contingências trabalhistas decorrem, principalmente, de demandas relacionadas às relações de trabalho no âmbito das operações da Entidade, enquanto as contingências cíveis estão associadas a processos de natureza diversa, inerentes às suas atividades.

A mensuração das provisões considera a análise individualizada dos processos, o histórico de decisões judiciais, a jurisprudência aplicável e a experiência da Administração em casos similares.

Contingências classificadas como de perda possível (não provisionadas):

Com base nas informações fornecidas pelos assessores jurídicos e nos procedimentos de circularização realizados no âmbito da auditoria independente, a Entidade apresenta as seguintes contingências classificadas como de perda possível:

	2025	2024
Contingências trabalhistas	30.051.538,00	29.845.699,00
Contingências cíveis	190.276.239,00	269.899.305,00
	<u>220.327.777,00</u>	<u>299.745.004,00</u>

Esses valores representam estimativas de processos cujo desfecho não é considerado provável, razão pela qual não foram reconhecidos nas demonstrações contábeis.

A Administração mantém acompanhamento contínuo desses processos e entende, com base nas avaliações jurídicas disponíveis, que as provisões registradas são suficientes para fazer frente às perdas classificadas como prováveis na data das demonstrações contábeis.

Em relação às contingências classificadas como de perda possível, não se espera, com base no estágio atual dos processos e nas avaliações jurídicas, a ocorrência de impactos relevantes que justifiquem o reconhecimento de provisões.

18. RECURSOS GOVERNAMENTAIS A REALIZAR

Os recursos governamentais a realizar referem-se a valores recebidos no âmbito dos contratos de gestão e convênios, destinados a finalidades específicas, geralmente vinculadas à aquisição de bens e à realização de investimentos relacionados à gestão pública.

Tais recursos são reconhecidos no resultado à medida em que são efetivamente aplicados nas finalidades para as quais foram destinados, em conformidade com a execução dos respectivos instrumentos contratuais.

Composição dos recursos governamentais a realizar:

	2025	2024
Recursos governamentais a realizar	3.433.596,97	2.554.364,66

A variação entre os exercícios está relacionada à dinâmica de recebimento e aplicação desses recursos, conforme a execução dos projetos e investimentos vinculados aos contratos de gestão.

19. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

A rubrica “Bens públicos em nosso poder” refere-se a ativos adquiridos com recursos recebidos no âmbito de contratos de gestão e convênios firmados com entes públicos, destinados à infraestrutura e à operacionalização dos serviços de saúde.

Tais bens possuem natureza reversível e estão vinculados à execução dos respectivos contratos, devendo ser devolvidos ao poder concedente ao término das parcerias, conforme previsto nos instrumentos contratuais.

Os ativos são reconhecidos pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, tendo como contrapartida o registro no passivo não circulante, refletindo a obrigação associada à sua reversibilidade.

Composição dos bens públicos em nosso poder:

	2025	2024
Bens públicos em nosso poder	70.276.317,46	70.512.509,94

A Entidade mantém controles patrimoniais individualizados, assegurando a identificação e a vinculação dos bens aos respectivos contratos.

20. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As receitas operacionais líquidas correspondem aos valores reconhecidos pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade, bem como aos recursos recebidos no âmbito dos contratos de gestão, convênios e demais instrumentos firmados com o poder público, apresentados líquidos de deduções, tais como glosas, devoluções e ajustes contratuais.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência, à medida em que os serviços são prestados e as obrigações de desempenho são atendidas, em conformidade com a natureza das operações da Entidade.

As receitas decorrentes de contratos de gestão possuem, substancialmente, natureza de subvenção governamental para custeio, sendo reconhecidas no resultado de forma consistente com a execução dos contratos e com os custos incorridos.

Os recursos destinados à aquisição de ativos vinculados à gestão pública são tratados como subvenções para investimento, sendo apropriados ao resultado de forma compatível com a depreciação dos ativos correspondentes.

As deduções da receita referem-se, principalmente, a glosas contratuais, devoluções de recursos e ajustes decorrentes da execução dos contratos, sendo reconhecidas a partir de sua identificação e mensuração.

A composição detalhada das receitas operacionais líquidas está apresentada nas notas explicativas subsequentes.

21. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS

As receitas com contratos de gestão e convênios referem-se aos valores reconhecidos no âmbito de instrumentos firmados com entes públicos para a execução de serviços de saúde, em conformidade com as disposições contratuais e com as práticas contábeis adotadas pela Entidade.

Essas receitas possuem, substancialmente, natureza de subvenção governamental para custeio, sendo reconhecidas no resultado de forma consistente com a execução dos contratos e com os custos incorridos.

Composição das receitas com contratos de gestão e convênios:

	2025	2024
Org. Social Est. SP – AME Itu	4.667.740,00	11.203.240,44
Org. Social Est. SP – Hosp. de Franco da Rocha	171.945.335,30	152.659.865,52
Org. Social Est. SP – Lucy Montoro de Santos	9.193.798,99	7.279.785,93
Org. Social Est. SP – Guarulhos	4.564.057,44	4.560.535,51
Org. Social Est. SP – Hosp. Geral de Itapevi	148.044.605,36	134.625.224,24
Org. Social Est. SP – Hosp. Leonor Mendes de Barros	15.196.720,13	11.933.373,20
Org. Social Est. SP – Ferraz de Vasconcelos	8.009.878,84	12.846.619,79
Org. Social Est. SP – Lucy Montoro de Pariquera Açu	3.997.637,86	4.213.613,35
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional Sul	9.305.003,40	9.305.003,40
Org. Social Est. SP – AME Carapicuíba	18.768.740,22	17.084.087,93
Org. Social Est. SP – Hosp. Santa Tereza de Ribeirão Preto	14.464.158,09	-
Org. Social Est. SP – CAISM Philippe Pinel	4.278.839,80	-
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional de Assis (Convênio)	24.754.824,26	-
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional de Assis (C.Gestão)	11.697.037,61	-
Org. Social Est. SP – CAIS Clemente Ferreira (Lins)	11.475.542,50	-
Org. Social Est. SP – Hosp. de Francisco Morato	-	69.201.132,52
Org. Social Est. SP – SVO e SAP (Santos)	-	2.391.400,63
Org. Social Est. SP – UTI Pediátrica (Santos)	-	1.253.777,48
Org. Social Est. SP – Hemodinâmica (Santos)	-	10.641.273,36
Org. Social Est. SP – Lesões Labiopalatais (Santos)	-	426.375,89
Org. Social Mun. SP – Jardim Ângela e Capão Redondo	864.576.349,63	774.234.697,76
Org. Social Mun. SP – Convênio Parto Seguro	367.689.785,17	328.075.699,94
Org. Social Mun. SP – PROEHOSP	191.114.894,29	241.050.916,39
Org. Social Mun. SP – Hosp. M'Boi Mirim	354.998.797,91	328.133.739,00
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 67/2018)	-	7.195.828,54
Org. Social Mogi das Cruzes – ESF/LACEM (CG 46/2020)	29.371.125,68	35.242.901,77
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 57/2024)	16.746.931,26	7.136.459,53
Org. Social Mogi das Cruzes – ESF (CG 78/2025)	11.757.855,85	-
Org. Social Mogi das Cruzes – LACEM (CG 79/2025)	9.386.179,66	-
Org. Social RJ – Hosp. Mun. Evandro Freire (CG 10/2021)	99.215.026,78	98.118.781,71
Org. Social RJ – Hosp. da Mulher Mariska Ribeiro	102.337.535,88	99.930.131,57
Org. Social RJ – Hosp. Mat. Paulino Werneck	43.254.176,04	42.170.368,52
Org. Social Carapicuíba – Pronto Socorro da Vila Dirce	5.508.487,71	20.910.658,37
Gestão Saúde Campinas – Bata Branca	105.026.665,67	92.477.554,42
Gestão Saúde Campinas – Cirurgia Geral	4.786.178,77	4.820.999,05
Gestão Saúde Campinas – Ambulatório CEASA	784.750,23	775.765,98
Gestão Saúde Campinas – Otorrinolaringologia	-	1.856.588,34
Gestão Saúde Campinas – Saúde Mental	-	592.839,63
Org. Social Peruíbe – Maternidade Municipal de Peruíbe	3.880.022,04	3.840.945,48
Org. Social São Roque – Hosp. Mat. Santa Casa	65.285.636,87	56.798.555,94
Org. Social São José dos Campos – UPA Campo dos Alemães	28.627.185,88	15.864.044,00
Org. Social São José dos Campos – Microrregião Norte	40.830.573,25	9.585.126,00
Org. Social Barueri – Pronto Soc. Arnaldo Figueiredo Freitas	31.185.979,79	-
	2.836.728.058,16	2.618.437.911,13

A composição das receitas reflete a atuação da Entidade na gestão e execução de serviços de saúde em diferentes localidades, observando-se variações decorrentes do porte, escopo e estágio de execução dos contratos.

A variação entre os exercícios está relacionada, principalmente, à ampliação das operações, com a celebração de novos contratos e a expansão de serviços, bem como à descontinuidade ou revisão de escopo em determinados instrumentos.

A Administração acompanha a execução dos contratos, assegurando o reconhecimento das receitas em conformidade com o regime de competência e com as disposições contratuais.

22. ASSISTÊNCIA GRATUITA PRESTADA EM SAÚDE

A Entidade desenvolve programas, projetos e ações voltados à promoção da saúde, prevenção de doenças e ampliação do acesso a serviços assistenciais, prestados de forma integralmente gratuita à população, em linha com sua finalidade institucional e com os requisitos aplicáveis à certificação como Entidade Beneficente de Assistência Social na Área da Saúde (CEBAS).

As iniciativas abrangem ações assistenciais, educativas e socioambientais, direcionadas a diferentes públicos e linhas de cuidado, com foco na promoção da saúde integral, incluindo projetos conduzidos no âmbito do Instituto de Responsabilidade Socioambiental Dr. Fernando Proença de Gouvêa – Instituto CEJAM.

A assistência gratuita prestada em saúde é mensurada com base no valor que seria praticado em condições normais de mercado para serviços equivalentes, conforme critérios estabelecidos pela ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Composição da assistência gratuita prestada em saúde:

	2025	2024
Assistência gratuita em saúde	9.411.565,60	8.684.045,48

Os valores relativos à gratuidade são reconhecidos contabilmente como receita e, simultaneamente, como despesa, não impactando o resultado do exercício, em razão da renúncia de recebimento pelos serviços prestados.

A execução dessas atividades contribui para a ampliação do acesso da população aos serviços de saúde, em conformidade com os requisitos legais e regulatórios aplicáveis à certificação CEBAS.

23. RECURSOS PARA CUSTEIO OPERACIONAL

Os recursos para custeio operacional referem-se aos valores reembolsados pelas unidades operacionais à Sede Administrativa, destinados à cobertura de despesas indiretas necessárias ao suporte e à manutenção das atividades da Entidade, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.f.

A Sede Administrativa concentra, além das funções estratégicas, a execução de atividades operacionais de natureza corporativa, incluindo as áreas de contabilidade, fiscal, patrimônio, custos, prestação de contas, orçamento, contas a pagar, contas a receber, jurídico, tecnologia da informação, recursos humanos e suprimentos, que atendem de forma centralizada as unidades gerenciadas pela Entidade.

Tais despesas compreendem, principalmente, os custos relacionados a essas estruturas administrativas e operacionais compartilhadas, necessários para o funcionamento das unidades assistenciais e o cumprimento dos contratos de gestão e convênios.

A centralização dessas atividades permite ganhos de eficiência operacional, padronização de processos e melhor controle dos recursos, evitando a duplicidade de estruturas administrativas e contribuindo para a otimização dos custos institucionais.

Os valores reembolsados refletem o consumo dos serviços pelas unidades e correspondem ao rateio dos custos incorridos, não representando margem ou geração de resultado em bases consolidadas.

Composição dos recursos para custeio operacional:

	2025	2024
Recursos para custeio operacional	83.896.318,71	62.122.525,07

Esses valores estão diretamente relacionados ao suporte às atividades assistenciais em saúde e à execução dos contratos de gestão e convênios.

24. REALIZAÇÃO DE BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER

Esses valores possuem natureza de subvenção para investimento e são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo da vida útil dos ativos, em base consistente com o registro da depreciação, não representando ingresso financeiro.

Adicionalmente, os repasses destinados à aquisição de ativos são apropriados ao resultado de forma compatível com a depreciação dos bens correspondentes, refletindo o consumo econômico desses ativos ao longo do tempo.

Composição da realização de bens públicos em nosso poder:

	2025	2024
Realização de Bens Públicos em Nosso Poder	9.017.605,67	8.596.645,42

A realização está diretamente relacionada à utilização dos bens nas atividades assistenciais, não impactando o resultado econômico em termos de geração de caixa.

25. OUTRAS RECEITAS

As outras receitas operacionais referem-se a ingressos de natureza acessória às atividades da Entidade, não diretamente vinculados à execução dos contratos de gestão e convênios, mas relacionados ao suporte e à operacionalização de suas atividades.

Essas receitas decorrem, principalmente, de eventos específicos e não recorrentes, bem como de ajustes e recuperações de valores, cuja natureza não se enquadra nas receitas operacionais principais.

Composição das outras receitas operacionais:

	2025	2024
Recuperação de despesas com pessoal	11.352.959,67	9.331.788,83
Recuperação de despesas com terceiros	620,00	977,38
Recuperação de despesas com materiais	28.684.362,36	695.862,14
Recuperação de despesas gerais	25.686.962,15	27.086.244,16
Aluguéis	2.541.765,00	1.387.233,43
Arrendamento do estacionamento	571.236,79	640.004,27
Parcerias operacionais	2.000.000,00	-
Eventos e campanhas	2.330,00	147.535,69
Extraordinárias	290.510,18	370.399,58
Venda de sucatas e recicláveis	16.839,14	16.220,52
Receita com refeições	72.257,81	91.142,30
Condomínio	69.213,90	36.000,00
Reversão de contingências	2.153.347,35	1.488.171,69
	73.442.404,35	41.291.579,99

No exercício, destacam-se os valores relacionados ao reconhecimento de crédito decorrente de precatório de PIS, às recuperações de despesas com pessoal, decorrentes, substancialmente, de descontos em folha de pagamento, bem como às recuperações de materiais associadas à implantação de saldos de estoques, com destaque para eventos relacionados ao Hospital Geral de Assis. Adicionalmente, incluem-se créditos extraordinários oriundos do programa Nota Fiscal Paulista.

Parte dos valores registrados não representa ingresso financeiro no período, estando associada a ajustes contábeis e recuperações de despesas.

A composição do grupo pode variar entre os exercícios em função da natureza pontual desses eventos, não estando necessariamente associada à atividade assistencial recorrente da Entidade.

26. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro compreende as receitas e despesas decorrentes da gestão dos recursos financeiros da Entidade, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, encargos sobre operações de crédito e demais variações associadas à administração do caixa.

Composição do resultado financeiro:

	2025	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	33.399.748,26	26.323.042,29
Descontos obtidos	508.085,38	496.924,27
Juros e atualizações monetárias	4.845,15	4.196,12
(-) Tarifas bancárias	(221.555,66)	(298.672,96)
(-) Juros bancários	(2.922.891,01)	(161.775,95)
(-) Juros a fornecedores	(631.432,64)	(815.068,65)
(-) Juros e acréscimos fiscais	(10.135,97)	(11.966,18)
(-) Imposto sobre aplicações financeiras	(54.483,81)	(17.575,98)
(-) Taxa máquina de cartões	(1.529,72)	(1.980,90)
(-) Imposto sobre operações financeiras	(90.041,26)	(37.184,72)
(-) Descontos concedidos	(1.214,18)	(994,00)
	29.979.394,54	25.478.943,34

Os rendimentos de aplicações financeiras representam a principal componente positiva do resultado financeiro, refletindo o volume de recursos mantidos em aplicações ao longo do exercício.

As despesas financeiras referem-se, principalmente, a juros sobre operações de crédito, tarifas bancárias e encargos incidentes sobre transações financeiras, compatíveis com a natureza das operações da Entidade.

A variação entre os exercícios está relacionada à dinâmica da gestão financeira, envolvendo o comportamento das aplicações e a utilização pontual de linhas de crédito.

27. PESSOAL PRÓPRIO

Os custos com pessoal próprio referem-se aos gastos incorridos com os colaboradores diretamente vinculados às atividades operacionais da Entidade, incluindo remunerações, benefícios e encargos sociais.

Composição dos custos com pessoal próprio:

	2025	2024
Remunerações	1.705.905.488,96	1.543.563.511,15
Benefícios	145.281.525,46	132.322.020,47
Encargos sociais	147.727.749,83	137.644.495,18
	<u>1.998.914.764,25</u>	<u>1.813.530.026,80</u>

As remunerações representam a principal componente do grupo, sendo compostas, predominantemente, por salários, férias, 13º salário e demais verbas de natureza remuneratória, refletindo o volume de profissionais envolvidos na execução das atividades assistenciais e administrativas.

Os benefícios compreendem, principalmente, assistência médica, vale-refeição, vale-transporte, cesta básica e outros itens concedidos aos colaboradores, em linha com as políticas internas da Entidade.

Os encargos sociais referem-se, substancialmente, às contribuições ao FGTS incidentes sobre a folha de pagamento.

A variação entre os exercícios está relacionada, principalmente, à ampliação das operações da Entidade e à evolução do quadro de pessoal ao longo do período.

28. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Os custos com serviços terceirizados referem-se aos gastos incorridos com a contratação de serviços prestados por pessoas jurídicas e físicas, utilizados no suporte e na execução das atividades operacionais da Entidade.

Composição dos custos com serviços terceirizados:

	2025	2024
Serviços assistenciais por pessoas jurídicas	474.444.831,18	442.296.371,16
Serviços diversos por pessoas jurídicas	148.642.436,65	140.509.176,42
Serviços prestados por pessoas físicas	5.366.317,52	7.784.432,55
	<u>628.453.585,35</u>	<u>590.589.980,13</u>

Os serviços assistenciais por pessoas jurídicas representam a principal componente do grupo, estando relacionados à contratação de empresas especializadas para atuação direta nas atividades assistenciais em saúde, abrangendo, entre outros, serviços médicos, exames, diagnósticos e especialidades clínicas.

Os serviços diversos por pessoas jurídicas compreendem, principalmente, serviços de apoio operacional e administrativo, tais como segurança, limpeza, manutenção, lavanderia, tecnologia da informação e outros serviços necessários ao funcionamento das unidades.

Os serviços prestados por pessoas físicas referem-se a contratações específicas, de natureza complementar, utilizadas de forma pontual nas operações.

29. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO

Os custos com medicamentos e materiais de consumo referem-se aos gastos incorridos na aquisição de insumos utilizados diretamente na prestação dos serviços assistenciais, bem como de materiais necessários ao suporte das atividades operacionais da Entidade.

Composição dos custos com medicamentos e materiais de consumo:

	2025	2024
Medicamentos e materiais de uso médico	139.442.824,65	111.431.754,90
Materiais de consumo	44.273.135,77	40.295.624,25
Materiais de conservação	8.306.003,34	8.446.291,69
Outros materiais	4.236.144,96	5.076.986,11
	<u>196.258.108,72</u>	<u>165.250.656,95</u>

Os medicamentos e materiais de uso médico representam a principal componente do grupo, estando diretamente relacionados à assistência prestada aos pacientes, incluindo, principalmente, medicamentos, materiais hospitalares, gases medicinais e itens de órteses, próteses e materiais especiais (OPME).

Os materiais de consumo compreendem insumos utilizados no funcionamento das unidades, com destaque para gêneros alimentícios, materiais de limpeza, lavanderia, descartáveis e itens de apoio administrativo e operacional.

Os materiais de conservação referem-se aos itens destinados à manutenção das instalações e equipamentos, incluindo materiais de reparo e peças de reposição, enquanto os outros materiais englobam insumos de natureza diversa, tais como combustíveis, equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI/EPC) e utensílios diversos.

30. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

Os custos com impostos, taxas e contribuições referem-se aos gastos de natureza tributária e parafiscal suportados pela Entidade no desenvolvimento de suas atividades, não relacionados a retenções na fonte, mas sim a encargos diretos incidentes sobre operações, utilização de bens e cumprimento de exigências legais.

Composição dos impostos, taxas e contribuições:

	2025	2024
Impostos	385.748,91	220.743,55
Contribuições	274.333,55	372.631,58
Taxas	1.113.682,63	1.144.008,73
	<u>1.773.765,09</u>	<u>1.737.383,86</u>

Os impostos compreendem, principalmente, encargos como o IPTU e o IPVA, sendo que, no caso do IPTU, podem estar associados a imóveis de terceiros utilizados pela Entidade no âmbito de suas operações.

As contribuições referem-se, em sua maior parte, a valores destinados a entidades de classe e associações vinculadas às atividades institucionais.

As taxas representam a principal componente do grupo, abrangendo, entre outras, taxas cartoriais, de fiscalização, serviços públicos e demais despesas legais necessárias ao funcionamento regular das unidades.

31. DESPESAS GERAIS

As despesas gerais compreendem os gastos necessários ao suporte e à manutenção das atividades operacionais e administrativas da Entidade, não diretamente vinculados à prestação dos serviços assistenciais.

Essas despesas incluem, principalmente, custos com utilidades e serviços essenciais, aluguéis de imóveis, equipamentos e estruturas operacionais, bem como despesas administrativas relacionadas ao funcionamento das unidades e da Sede.

Composição das despesas gerais:

	2025	2024
Contas de consumo	23.875.561,80	29.331.907,05
Aluguéis	46.570.931,24	39.464.286,48
Administrativas	85.148.646,41	62.700.522,74
Bens não imobilizados	1.745.961,93	1.914.771,62
Depreciações e amortizações	11.246.274,07	9.626.964,22
Outras despesas gerais	9.937.270,71	6.510.087,74
	<u>178.524.646,16</u>	<u>149.548.539,85</u>

As contas de consumo referem-se, substancialmente, a despesas com água, energia elétrica, telecomunicações e gás, essenciais ao funcionamento das unidades.

Os aluguéis compreendem a utilização de imóveis, equipamentos e estruturas operacionais, incluindo equipamentos médico-hospitalares, necessários à execução das atividades.

As despesas administrativas concentram gastos relacionados ao suporte institucional, com destaque para despesas institucionais, serviços de apoio e demais custos operacionais não diretamente assistenciais.

A rubrica de bens não imobilizados refere-se à aquisição de itens de menor valor ou vida útil reduzida, não classificados no ativo imobilizado.

As depreciações e amortizações correspondem à apropriação sistemática do valor dos ativos ao resultado ao longo de sua vida útil.

As outras despesas gerais incluem, principalmente, gastos com seguros, perdas diversas e despesas relacionadas à promoção em saúde, no âmbito das atividades da Entidade.

32. TRABALHO VOLUNTÁRIO – INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ITG 2002 (R1)

O trabalho voluntário refere-se aos serviços prestados de forma não remunerada à Entidade, em conformidade com a Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Conforme previsto nas práticas contábeis aplicáveis, esses serviços são mensurados com base no valor justo de atividades equivalentes no mercado, sendo reconhecidos simultaneamente como receita e custo, não impactando o resultado do exercício.

Composição do trabalho voluntário:

	2025	2024
Receitas do trabalho voluntário	1.613.917,81	617.524,27
(-) Custos do trabalho voluntário	(1.613.917,81)	(617.524,27)

O trabalho voluntário da Entidade é composto, principalmente, pela atuação da Diretoria Estatutária não remunerada e por atividades desenvolvidas por voluntários no âmbito de projetos institucionais.

A atuação da Diretoria Estatutária compreende funções de governança, direção estratégica e acompanhamento das atividades da Entidade, tendo sido consideradas, para fins de mensuração, as horas dedicadas em reuniões ordinárias e extraordinárias ao longo do exercício.

Adicionalmente, a Entidade conta com a participação de voluntários em iniciativas conduzidas no âmbito do Instituto CEJAM, incluindo atividades de apoio assistencial, ações educativas e projetos voltados à promoção da saúde e qualidade de vida, envolvendo diferentes especialidades.

A mensuração do trabalho voluntário considera, substancialmente, o tempo dedicado às atividades e parâmetros compatíveis com a natureza dos serviços prestados.

A variação observada entre os exercícios está associada, principalmente, ao volume de horas registradas e à ampliação das iniciativas de voluntariado no período.

33. COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos, em montantes considerados adequados, conforme a natureza de suas operações.

As apólices contratadas visam mitigar riscos patrimoniais e operacionais, sendo periodicamente avaliadas pela Administração quanto à suficiência das coberturas.

As premissas adotadas para a definição dos riscos e dos valores segurados não integram o escopo da auditoria das demonstrações contábeis e, portanto, não foram objeto de análise pelos auditores independentes.

34. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS

A Entidade atende aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente e demais regulamentações aplicáveis à sua área de atuação. Tendo como preponderância a área da Saúde, são encaminhados regularmente relatórios ao Ministério da Saúde (MS) para fins de acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das competências atribuídas aos órgãos de fiscalização tributária.

Tais relatórios são acompanhados das demonstrações contábeis e financeiras da Entidade, as quais são submetidas à auditoria independente, com emissão de parecer conclusivo por instituição devidamente credenciada junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, está condicionada ao cumprimento contínuo dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis, sendo elemento essencial para o usufruto das imunidades e isenções tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, bem como para a continuidade dos contratos de gestão, convênios e instrumentos congêneres firmados com o poder público.

A Administração acompanha de forma sistemática o atendimento a tais requisitos, adotando as medidas necessárias para assegurar a conformidade das operações e a manutenção da certificação.

35. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Em 24 de março de 2023, por meio da Portaria nº 274, publicada no Diário Oficial da União, Edição nº 60, Seção 1, página 87, com fundamento na Nota Técnica nº 201/2023-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.167752/2021-13, foi concedida ao CEJAM a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade no período de 30 de novembro de 2021 a 29 de novembro de 2024.

Em atendimento à legislação vigente, a Entidade protocolou tempestivamente o pedido de renovação do referido certificado junto ao Ministério da Saúde, sob o nº 25000.150614/2024-48, em 07 de outubro de 2024, o qual se encontra em análise até a presente data.

Nos termos do art. 14 do Decreto nº 11.791/2023, a certificação permanece válida até a decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação apresentado dentro do prazo legal.

A Administração da Entidade, com base na avaliação de seus assessores técnicos e jurídicos, entende que todos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis foram devidamente atendidos, motivo pelo qual considera legítima a manutenção da certificação e, conseqüentemente, o usufruto dos benefícios de isenção a ela vinculados.

36. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (COTA PATRONAL)

A Entidade é imune às contribuições sociais destinadas à Seguridade Social, em especial às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento (cota patronal), nos termos do art. 195, §7º, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 8.212/1991.

Para fins de transparência e adequada evidenciação dos benefícios fiscais usufruídos, a Entidade apresenta, a seguir, os valores correspondentes às contribuições previdenciárias não recolhidas em razão da imunidade, os quais representam o montante anual do benefício auferido:

	2025	2024
Cota patronal do INSS – Folha de pagamento	463.132.222,25	425.530.919,74
Cota patronal do INSS – Autônomos	1.106.055,14	1.551.761,47
Total da imunidade apurada	464.238.277,39	427.082.681,21
(-) Imunidade usufruída	(464.238.277,39)	(427.082.681,21)
Efeito no resultado	0,00	0,00

Os valores apresentados possuem caráter meramente informativo e não impactam o resultado do exercício, uma vez que refletem integralmente a imunidade constitucional reconhecida à Entidade.

Adicionalmente, a Entidade mantém controles e registros que evidenciam o cumprimento dos requisitos legais para fruição da imunidade, incluindo a aplicação de recursos em suas finalidades institucionais e a prestação de serviços gratuitos na área da saúde, em conformidade com a legislação vigente.

37. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de Renda e Contribuição Social: em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, nos termos da legislação vigente.

PIS: por ser uma Entidade filantrópica, a Entidade é isenta do pagamento do PIS incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, bem como daquele apurado sobre a folha de salários, conforme legislação aplicável.

COFINS: no exercício, a Entidade não auferiu receitas próprias que constituam base de cálculo para incidência da COFINS, razão pela qual não há valores a serem apurados ou evidenciados a esse título.

Contribuições Previdenciárias: a Entidade usufrui da imunidade das contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento (cota patronal), conforme demonstrado na Nota 36.

A Entidade mantém controles e registros que evidenciam o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis ao usufruto dos benefícios fiscais acima mencionados, em conformidade com a legislação vigente.

38. RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Entidade apresenta, a seguir, a composição do resultado do exercício por unidade operacional, contemplando a Matriz (Mantenedora) e os contratos de gestão, convênios e demais estruturas sob sua administração:

UNIDADE	2025	2024
Matriz (Mantenedora)	40.197.557,77	8.529.060,86
Org. Social Mun. SP – Hosp. M'Boi Mirim	(8.321.276,07)	(11.758.871,33)
Inst. de Resp. Socioambiental Dr. Fernando Proença de Gouvêa	(1.869.351,48)	(209.282,95)
Org. Social Mogi das Cruzes – ESF (CG 78/2025)	(183.179,30)	(5.502.579,61)
Org. Social RJ – Hosp. Mun. Evandro Freire (CG 10/2021)	(3.861.376,87)	(322.333,78)
Org. Social Carapicuíba – Pronto Socorro da Vila Dirce	(1.150.704,39)	(2.964.468,96)
Gestão Saúde – Campinas	(6.569.021,72)	(2.354.823,76)
Org. Social Est. SP – Osasco	-	(302.192,70)
Org. Social Est. SP – AME Itu	(859.095,98)	(52.392,10)
Org. Social Est. SP – Guarulhos	646.852,32	796.163,44
Org. Social Est. SP – Hosp. de Francisco Morato	(1.205,01)	3.123.644,45
Org. Social Est. SP – Santos	(514.953,66)	(4.645.093,41)
Org. Social Est. SP – Hosp. de Franco da Rocha	1.559.350,28	(5.701.209,22)
Org. Social Est. SP – Hosp. de Carapicuíba	-	(51.520,79)
Org. Social Peruíbe – Maternidade Municipal de Peruíbe	(32.058,56)	(526.421,75)
Org. Social Est. SP – AME Carapicuíba	(37.347,20)	(1.141.426,92)
Org. Social Est. SP – Lucy Montoro de Santos	844.294,26	(243.275,88)
Org. Social Est. SP – Ferraz de Vasconcelos	993.882,44	664.017,90
Org. Social Mun. SP – Convênio Parto Seguro	(6.081.921,72)	(5.293.634,05)
Org. Social Mun. SP – PROREHOSP	(15.569.610,58)	50.958.870,07
Org. Social Mogi das Cruzes – UNICA (CG 57/2024)	790.555,51	1.409.623,01
Org. Social Est. SP – Hosp. Geral de Itapevi	(4.460.429,39)	(8.623.488,79)
Org. Social Est. SP – Hosp. Leonor Mendes de Barros	964.384,14	2.059.681,65
Org. Social RJ – Hosp. Mat. Paulino Werneck	2.187.367,82	4.042.299,49
Org. Social São Roque – Hosp. Mat. Santa Casa	(182.272,11)	(3.027.253,33)
Org. Social RJ – Hosp. da Mulher Mariska Ribeiro	402.253,03	4.061.216,61
Org. Social Mun. SP – Jardim Ângela e Capão Redondo	(13.513.975,36)	(1.361.467,36)
Org. Social São Roque – Pró Santa Casa	-	12.827,71
Org. Social São José dos Campos – UPA Campo dos Alemães	901.675,03	(314.702,97)
Gestão Saúde – Apoio à Matriz	(2.403.822,95)	(12.530.155,43)
Gestão Saúde – Núcleo Regional RJ	(118.240,84)	(111.460,95)
Org. Social São José dos Campos – Microrregião Norte	(524.979,29)	(1.014.270,71)
Org. Social Est. SP – Lucy Montoro de Pariqueira Açú	(69.355,57)	188.904,32
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional Sul	(148.853,60)	875.093,49
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional de Assis (C.Gestão)	11.643.525,55	-
Org. Social Barueri – Pronto Soc. Arnaldo Figueiredo Freitas	4.289.245,43	-
Org. Social Est. SP – CAIS Clemente Ferreira (Lins)	1.892.914,38	-
Org. Social Est. SP – Hosp. Santa Tereza de Ribeirão Preto	1.344.034,80	-
Org. Social Est. SP – Hosp. Regional de Assis (Convênio)	2.618.132,49	-
Org. Social Est. SP – CAISM Philippe Pinel	836.727,90	-
Org. Social Mogi das Cruzes – LACEM (CG 79/2025)	2.257.936,68	-
	7.897.658,18	8.669.076,25

O resultado apresentado reflete o desempenho consolidado das operações da Entidade, sendo influenciado, principalmente, pelas características específicas de cada contrato de gestão, incluindo volume de atendimentos, estrutura operacional, critérios de financiamento e eventuais reconhecimentos de receitas e despesas por competência.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2025 que pudessem ter efeito relevante sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações ou os fluxos de caixa da Entidade.

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

João Francisco Romano
Gerente Executivo

Floriza de Jesus Mendes Santana
Gerente Corporativa

Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3